

Mordomias, grandes festas em que incríveis negócios são fechados, boatos, intrigas, lobbies políticos e empresariais - Brasília é um mercado em que tudo tem seu preço. É importante ser bem relacionado — garantia de que a corrupção e o crime não serão punidos. Às vezes, porém, um passo em falso pode ser

perigoso: por causa disso foi morto o jornalista Alexandre von Baumgarten, favorito da corte. "O poder é cruel com quem não mais faz parte dele", diz uma dama desse angustiado mundo. Na terceira e última reportagem da série sobre "a ilha da fantasia", o repórter Luiz Fernando Emediato

desvenda um pouco desse mundo. E fala também do Congresso Nacional, conservador e cheio de segredos, artimanhas, negociações — um poder enfraquecido, que negou à sociedade o que ela mais exigia: eleições diretas para a Presidência da República.

Esse estranho Congresso Nacional

O Congresso é uma cidade dentro da Cidade, uma ilha dentro da ilha. É possível passar um dia inteiro lá dentro sem saber o que acontece lá fora. Os 479 deputados e 69 senadores que vão — quando vão, pois alguns não vão — ao Congresso, ficam ali o dia inteiro, nos seus gabinetes, nos plenários ou circulando pelos corredores, e quando tudo termina vão automaticamente para seus apartamentos, que são todos iguais.

Muitos deles chegam a Brasília na terça-feira e voltam a seus Estados já na quinta. Alguns, e não são poucos, detestam a cidade e nem ao menos a conhecem. E sentem-se inseguros quando estão fora do Congresso, o seu protegido habitat. Mas, coisa estranha, não são poucas as vezes em que as listas de presença acusam o comparecimento de 200 ou 300 parlamentares ao plenário, e se alguém vai contar estão lá apenas seis. Por onde andam eles?

O Congresso é cheio de segredos, artimanhas, argúcias que só podem ser descobertas com muita paciência. Para quem chega pela primeira vez, o Congresso é um labirinto: um prédio enorme, 232 mil metros quadrados de área construída, onde trabalham, além dos parlamentares, mais oito mil pessoas. Calcula-se que pelo menos 11 mil pessoas circulem diariamente pelos 20 mil metros quadrados de corredores.

Há no Congresso seis agências bancárias, cinco restaurantes, cinco lanchonetes, duas bibliotecas, duas farmácias, duas barbearias, três postos de correio, dois postos médicos, um supermercado, uma gráfica, um serviço de processamento de dados e até um posto de gasolina. A folha de pagamento mensal do Congresso beira os Cr\$ 3 bilhões, sem contar os salários dos parlamentares. No mês passado, a população do Congresso consumiu quase uma tonelada e meia de café — e 2,5 toneladas de açúcar.

Este é o Congresso. Quem são os parlamentares, e o que eles fazem? Dos 479 deputados, 200 são do PMDB, 235 do PDS, 23 do PDT, 13 do PTB e oito do PT. Dos 69 senadores, 22 dos quais biônicos — não eleitos, mas nomeados pelos partidos (19 pelo PDS e três do PMDB) —, 22 são do PMDB, 45 do PDS, um do PDT, um do PTB e nenhum do PT. Eles são em geral advogados — mais de 200 —, economistas, engenheiros, proprietários agrícolas, comerciantes, empresários, industriais ou banqueiros. Há, como exceções, um cantor, dois artistas, um escritor, dois operários e um índio.

Como eles foram eleitos? Um deles, o ex-governador Paulo Salim Maluf, diz-se gastou um milhão de dólares para eleger-se — o equivalente, hoje, a Cr\$ 1,5 bilhão. O cantor Aguilando Timóteo não gastou muita coisa além da popularidade para ser o deputado mais votado do País, mas o operário Alípio Viana Freire, de São Paulo, tinha apenas 500 mil cruzeiros para gastar e não se elegeu. Por isso não há, entre os parlamentares brasileiros, muitos representantes das chamadas classes subalternas.

Mas o que fazem os parlamentares? Bem, eles fazem leis — ou pelo menos deveriam fazê-las. O problema é que, embora apresentem em média mil projetos de lei, todos os anos, poucos são aprovados, e já houve casos em que, dos mais de seis mil projetos apresentados ao longo de quatro anos pelos parlamentares, nenhum foi aprovado. O mesmo não acontece — porque são sempre aprovados — com os projetos do Executivo, o poder que mais legisla atualmente.

Nem só de fazer leis, entretanto, vive um parlamentar. Ele deveria também fiscalizar o Executivo, denunciar, investigar, e geralmente ele

tenta fazer isso. Mas, como já dizia o ex-presidente da Câmara, José Bonifácio de Andrada, a melhor maneira de "esfriar" um assunto polêmico é torná-lo assunto de investigação parlamentar, numa CPI. Por que será? Para o cientista político Benício Schmidt, que muitas vezes é chamado para assessorar os desorientados congressistas, o problema é que eles são despreparados e, desgraçadamente, não se cercam de assessores capazes de suprir essas limitações do subdesenvolvimento.

Schmidt acha que o Parlamento brasileiro pode usar apenas 10% de



sua capacidade de funcionamento, e explica por quê: "Há senadores com seis ou sete assessores, quando oficialmente podem ter apenas dois, e, embora assim tão bem servidos em número, a qualidade da assessoria é péssima, pois o melhor desses assessores sabe no máximo redigir um discurso. São incompetentes, incultos, não sabem usar uma biblioteca e parecem mais preocupados com a imagem, as aparências, do que com a realidade".

Quando o senador Saturnino Braga quis discutir com um grupo de especialistas um Estatuto das Esta-



tais, que visaria à sistematização do funcionamento das superempresas do governo, esbarrou num problema crucial: a Comissão Mista do Senado que deveria ser criada, segundo o Estatuto, para tratar da questão, precisaria ter, entre seu corpo de assessores, juristas, economistas, contabilistas e administradores do mais alto nível. Consultado o regimento interno, descobriu-se que nem a Câmara nem o Senado teriam condições de levar adiante a idéia.

Ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, onde os políticos são assessorados pelos melhores cérebros da inteligência nacional,

aqui isto não acontece. Por causa disso, as longas e tediosas sessões nas comissões técnicas e nas CPIs são às vezes até cômicas — como, por exemplo, quando um alto funcionário da tecnoburocracia fala horas seguidas em linguagem cifrada, que os parlamentares não entendem, o que os deixa literalmente impotentes diante do interrogado.

— Os assessores dos parlamentares — diz ainda Benício Schmidt — são em geral pessoas de sua família, amigos ou jornalistas.

Estes são, então, os parlamentares. "Nada ideal", afirma um assessor parlamentar, pedindo para não ser identificado, "mas são os parlamentares que existem e neste momento eles estão desempenhando, com todas as suas limitações, uma nobre missão: a de tentar restabelecer a democracia, a partir do que a própria representação política no Congresso poderá, futuramente, melhorar de nível".

Enquanto isso não acontece, continuarão ocorrendo no Congresso cenas tão insólitas quanto deputados entregando discursos escritos à Mesa, para que esta os dê como lidos e eles possam depois ouvir uma referência a respeito deles na *Voz do Brasil*. Ou inscrevendo-se, afoitamente, para falar rapidamente qualquer coisa no "pinga-fogo", a rapidíssima sessão cujas falas também merecem registro no programa radiofônico oficial, que poucas pessoas na realidade ouvem.

As grandes sessões nos plenários podem-se transformar, às vezes, em animadas batalhas oratórias, e não raramente os parlamentares se agitam sem esquecer o tratamento cerimonial do "vossa excelência". Quando um consegue desconcertar o outro, essa pequena vitória anima o cafezinho logo a seguir, e cheio de ilusão o nobre parlamentar diz a seus pares: "Você viu como o peguei em contradição, você viu?"

Muito do que se fala ou se grita nos plenários do Congresso morre ali mesmo, e a consciência disso — de que ali existe, como em toda a Cidade, um ambiente de devaneio e delírio — angustia tanto alguns parlamentares que eles não resistem e acorrem, todas as tardes, aos agitados comitês de imprensa, distribuindo cópias de suas falas e oferecendo-se para entrevistas num patético esforço para sair daquele opressivo casulo e transformar-se, afinal, em notícia.

Os mais orgulhosos preferem mandar ao comitê os seus assessores, mas na maioria das vezes os jornalistas não atendem seus apelos, principalmente quando já é fim de tarde, o dia ameaça terminar, todos estão cansados e, como qualquer bom burocrata, cada um pega sua caneta, seus papéis, seu paletó e vai embora. Aí então o movimento começa a morrer e só se pode ver pelos corredores um ou outro assessor vagando à toa, os funcionários saindo para ir embora e, nos últimos tempos, a figura andarilha do outrora todo-poderoso secretário particular da Presidência da República, Heitor de Aquino Ferreira, que esteve ali, todos os dias, nas duas últimas semanas de abril, em campanha contra as eleições diretas e procurando atrair os parlamentares para a campanha presidencial do ex-governador Paulo Maluf.

Ele era um dos últimos a sair, e aí então começavam a chegar as faxineiras, que recolhiam a cinza dos cinzeiros, os papéis que restaram pelo chão, os amassados detritos de mais um dia de rotina. Porque depois então as luzes se apagam, os guardas noturnos colocam-se a seus postos e tudo, estranhamente, silêncio. Amanhã é outro dia — e será, como quase todos os outros, absolutamente igual.

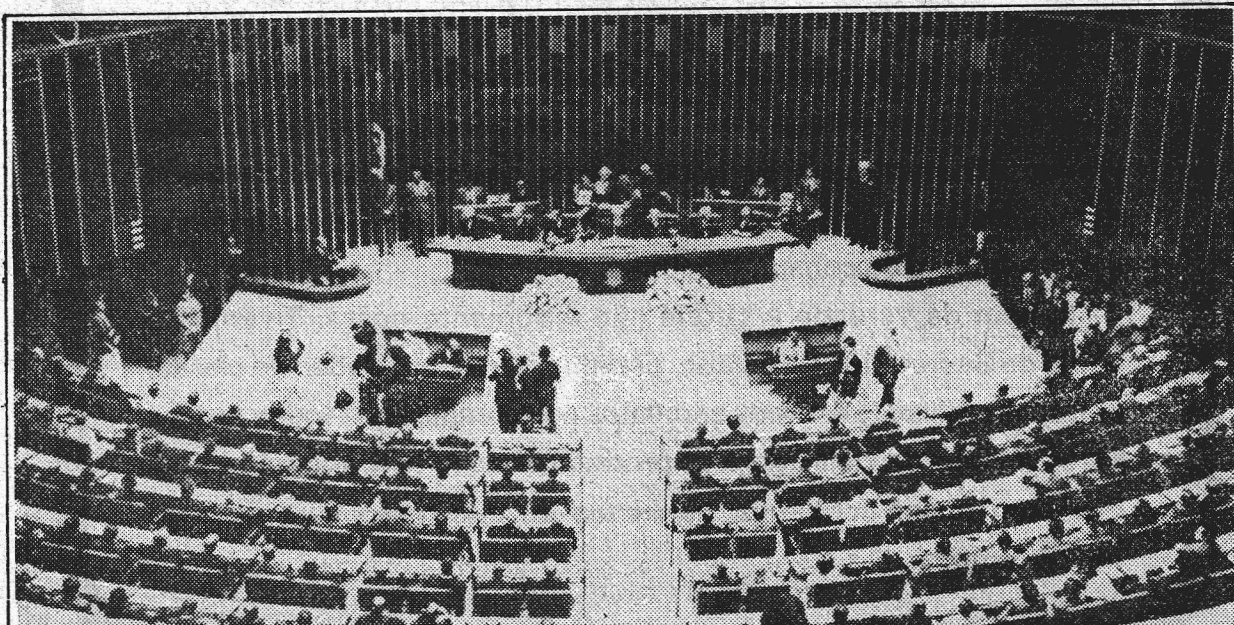


Foto Sérgio Borges

Aqui, 548 senhores tratam-se por "vossa excelência", iludindo-se com pequenas vitórias